

**A** mais otimista e mais audaciosa declaração sobre como o Brasil será governado nos próximos dois anos foi formulada pelo ministro da Fazenda, Antônio Palocci, num almoço com senadores no Palácio do Planalto, na quarta-feira. Ele afirmou, segundo relato de participantes do encontro, que a partir de 2005 vai sobrar dinheiro nas contas públicas mesmo depois do pagamento de juros. No jargão financeiro, haverá superávit nominal nas contas públicas. O governo, portanto, poderá iniciar a liquidação também do principal de sua dívida. Pelo menos, terá dinheiro para fazê-lo, se julgar oportuno reduzir o montante de seus compromissos.

Há muito tempo não se fala, no governo brasileiro, em superávit nominal nas contas públicas. O grande esforço de ajuste iniciado no final de 1998 consistiu, até agora, na obtenção de superávits primários crescentes. O governo tem procurado obter uma sobra, na administração das contas do dia a dia, para cobrir pelo menos uma parcela da conta de juros. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva concordou, desde o início de seu mandato, em elevar

a meta do resultado primário, inicialmente para debelar a crise de confiança que marcou a transição para o novo governo. Depois, concordou em estender a meta ampliada – um resultado equivalente a 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) – aos anos seguintes.

Com esse compromisso o governo do PT construiu sua credibilidade financeira. Esse é um dos fatores que explicam a captação de recursos pelo Tesouro, no mercado internacional, em condições cada vez mais favoráveis. Apesar de terem dinheiro de sobra para aplicar em mercados emergentes, dificilmente os banqueiros internacionais ofereceriam tais condições ao Brasil, se o governo apresentasse resultados fiscais menos satisfatórios.

Não está claro, por enquanto, como se poderá chegar ao superávit nominal em 2005. O governo mantém a meta de um superávit primário de 4,25% do PIB.

Para que esse resultado permita pagar uma parte do principal, será necessária pelo menos uma de duas condições: que os juros da dívida caiam acentuadamente ou que a economia cresça bem mais do que se espera, permitindo um grande au-

mento de receita sem majoração de impostos. O caminho mais provável será uma combinação de juros reais em queda com atividade econômica em alta.

De toda forma, será preciso manter uma severa disciplina fiscal, para um controle cada vez mais amplo dos gastos públicos em todos os níveis de governo. Não haverá outra saída, se for mantido o compromisso de não se ampliar a carga tributária.

O ministro Palocci deve saber que só há esse caminho para elevar o Brasil na classificação internacional de crédito. A queda do risco país, neste ano, foi um avanço importante, mas falta consolidar esse avanço. Para isso será preciso reduzir de modo substancial a proporção entre a dívida líquida do setor público e o PIB.

Pelas projeções do mercado financeiro, essa relação poderá cair para 53,44% em 2005 e 51,2% em 2007, a partir de um nível superior a 56% estimado para este ano. Mas a situação, mesmo com essa melhora, não será muito diferente daquela observada em 2001, antes, portan-

to, da agitação da fase eleitoral.

O governo terá de combinar, portanto, um esforço fiscal muito sério com medidas bem planejadas e bem calibradas para intensificar o crescimento da economia. Terá de criar condições favoráveis ao investimento, não só pela redução de juros, mas também por uma adequada regulação dos setores de infra-estrutura. Precisar

umentar a eficiência do BNDES, principal financiador de projetos privados de médio e de longo prazos. Terá, além disso, de proporcionar ao setor privado o apoio ne-

cessário para que a exportação cresça continuamente, durante vários anos, em ritmo acelerado. Um comércio externo bem maior que o de hoje também pesará na melhora da classificação do Brasil. Não se trata de atender a banqueiros, mas de criar condições reais e financeiras para um crescimento mais acelerado e mais seguro.

Dentro do próprio governo haverá resistência a essa política. Esse problema só o presidente poderá resolver.

**Superávit nominal criará condições muito mais seguras para o crescimento**